

**Parecer nº 111/99**

Data: 1999.06.14

Processo nº 578

**Requerente:** Subsecretário Regional Adjunto Para a Saúde - Região Autónoma dos Açores.

1. Por ofício, recebido na Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) em 99.04.06 e que deu origem ao processo nº 578, redistribuído ao actual – em substituição do anterior – relator na sessão de 99.06.30, o Senhor Subsecretário Regional Adjunto para a Saúde, da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais da Região Autónoma dos Açores, solicitou, ao abrigo do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (conhecida por Lei do Acesso aos Documentos Administrativos ou pela sigla LADA), “... parecer sobre a possibilidade de cedência da cópia solicitada” pela Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos em 08.03.99, “...de um processo de inquérito a factos ocorridos num Centro de Saúde... em que foi visado um médico...”.
2. Conforme informação prestada ao relator pela entidade ora requerente, o processo em causa “foi arquivado em 97.02.25, por decisão do Senhor Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais..” após a realização de investigações e a elaboração de relatório que finalizou com proposta de arquivamento por ausência de factos indiciadores das negligências ou erros médicos participados.

A entidade ora requerente justifica o seu pedido de parecer em que, segundo o seu entendimento, “... o referido processo é um documento nominativo que contém juízos de valor sobre o médico visado.”

3. Ainda sobre o processo e as investigações realizadas, obteve-se a seguinte informação:
  - O inquérito foi instaurado com base em duas participações ou queixas, distintas, que apontavam ambas para negligência médica, tendo num dos casos ocorrido a morte de um familiar da pessoa denunciante. As duas participações foram tratadas no mesmo processo por se referirem ao mesmo médico.

- O processo foi instruído por uma médica para o efeito nomeada, que levou a cabo essa tarefa com alguma demora. Concluída a instrução, o despacho final e sua justificação foram comunicados a um dos queixosos (viúva), nunca tendo sido possível contactar o outro no decurso do processo, apesar de publicação oficial.
  - Tendo tido conhecimento da existência do inquérito por participação dos particulares que sobre a matéria lhe foi feita, a Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos solicitou informações sobre ele à Direcção Regional de Saúde, que em resposta a informou sucessivamente do seu estado ou andamento e, finalmente, do seu arquivamento e respectiva justificação.
  - Desconhece-se se foi instaurado na Ordem dos Médicos algum processo de inquérito ou disciplinar visando os mesmos factos: a referência a essa eventualidade foi feita por influência da “epígrafe” dos ofícios remetidos pela Ordem, sendo, todavia, também de admitir que se reporte ao próprio processo instaurado na Direcção Regional de Saúde
4. Face ao que foi referido ao Relator, admite-se que a Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos tanto poderá ter instaurado processo como desejar apenas informar, com a devida justificação, o participante ou participantes que se lhe dirigiram.
  5. Importa, pois, apreciar o pedido, para o que a CADA é competente, nos termos dos artigos 15º, nº 2, e 20º da LADA: o parecer vem solicitado por um órgão da Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, que cabe evidentemente na previsão do artigo 3º da LADA.
  6. Nos termos do nº 2 do artigo 8º do Decreto Lei nº 373/79, de 8 de Setembro (Estatuto do Médico), em matéria de responsabilidade disciplinar é aplicável aos médicos dos serviços públicos o Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei nº 24/84, de 16 de Janeiro (EDF84).
  7. Porém, importa anotar que a Ordem dos Médicos é uma pessoa colectiva com prerrogativas de Direito Público, na qual é obrigatório os médicos inscreverem-se

para poderem exercer a sua profissão (artigo 8º do Decreto Lei nº 282/77, de 5 de Julho), o que, conjugado com o interesse de defesa da classe e outros fins (cf. nº 1 artigo 4º do mesmo diploma), lhe confere legitimidade para conhecer das situações controversas que briguem com a actividade profissional dos médicos nela inscritos, eventualmente para exercício do poder disciplinar que lhe cabe nos termos do Estatuto Disciplinar dos Médicos, anexo ao Decreto Lei nº 217/94, de 20 de Agosto.

8. Contudo, o inquérito instaurado pela entidade ora consulente desenvolveu-se no âmbito do aludido EDF84, nomeadamente ao abrigo do seu artigo 85º, tendo sido arquivado, perante o relatório e proposta do inquiridor, com fundamento na falta de prova das infracções participadas.

Assim, parece que desse processo só poderá concluir-se pela ausência de factos probatórios, o que sugere que dele não constem juízos de valor que afectem a personalidade do visado. Pelo contrário: até poderá haver vantagem em que se saiba que ao visado não foram assacadas responsabilidades, seja perante os participantes ou os seus superiores, ou mesmo perante a Ordem dos Médicos, que igualmente tem interesse em conhecer o comportamento dos médicos nela inscritos.

9. Sucede ainda que o tipo de processo desenvolvido (inquérito) não estabelece a existência de arguido.

De facto, no inquérito visa-se o apuramento de factos sobre irregularidades participadas ou denunciadas, ou seja, investiga-se se os factos ocorreram, se são de classificar como ilícitos e quem foi o seu autor. Assim, trabalha-se no campo de hipóteses que, não sendo confirmadas, não permitem o estabelecimento de responsabilidades através do adequado processo disciplinar nem a formulação de apreciações negativas sobre a pessoas eventualmente nele visadas.

Não havendo arguido, “o visado carece de legitimidade para requerer diligências ...” (cf. Ac. STA de 6/4/78 – *in* BMJ, nº 277, pág. 302, entre outros). As diligências de inquérito são preparatórias de um outro tipo de processo, o disciplinar, podendo apenas servir de parte instrutória e de base para a acusação, desde que haja autorização nos termos do nº 4º do artigo 87º do EDF84.

10. Mas tem de admitir-se que no conjunto de declarações obtidas num processo de inquérito, como o citado, existam elementos que possam constituir dados pessoais, nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 4º da LADA, isto é, “informações sobre pessoa singular identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou sejam abrangidas pela reserva de intimidade da vida privada”. O acesso a tais dados é reservado, nos termos do nº 2 do artigo 7º da LADA, “à pessoa a quem os dados digam respeito e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal...”, nas condições dos nºs 3 e 4 do artigo 8º do mesmo diploma.

Ora nenhuma destas situações se verifica: nem o acesso é pretendido pelo próprio titular dos dados nem foi alegado e demonstrado um interesse directo e pessoal que possa justificar a divulgação dos dados à entidade solicitadora do acesso.

A lei não proíbe, porém, a comunicação de documentos nominativos entre serviços e organismos da Administração Pública. A Ordem dos Médicos é uma associação pública com importantes competências para garantia do bom exercício da profissão. Para esses – e só para esses – efeitos, a comunicação de documentos contendo dados pessoais pode ter lugar, oferecendo a lei aos visados garantias adequadas de defesa.

11. Termos em que se concluí pela admissibilidade do acesso solicitado pela Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos.

Comunique-se á entidade requerente

Lisboa, 14 de Julho de 1999.

*Francisco de Brito (Relator) – José Magalhães – José Renato Gonçalves – Branca Amaral – João Labescat – Castro Martins (Presidente)*